

JORNAL

VIGILANTE



DOMINGO - 22 DE JUNHO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR

Av. Castelo Branco, 145, Vila Landinha - Barra de São Francisco - ES

E-mail: beirarioveiculos@hotmail.com

Compra - Venda - Troca - Financia

Jhonatas (27) 99766-5005 Eliseu (27) 99964-4433



BEIRARIO
VEÍCULOS



LIDERADA PELO GOVERNADOR ROMEU ZEMA, A COMITIVA DE MINAS GERAIS NA ÁSIA CONHECEU NESTE SÁBADO (21/6) O CENTRO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE DESASTRES EM YAMANASHI, NO JAPÃO. O ÓRGÃO GOVERNAMENTAL DESEMPENHA UM PAPEL ESSENCIAL NA PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS, OFERECENDO INFORMAÇÕES, ORIENTAÇÕES E RECURSOS PARA AUXILIAR A POPULAÇÃO NA PROTEÇÃO CONTRA DESASTRES COMO TERREMOTOS, INUNDAÇÕES E OUTROS EVENTOS.

OS MORADORES DAS MICRORREGIÕES CENTRO-OESTE E RIO DOCE DEBATERAM, NESTA QUARTA-FEIRA (18), AS DEMANDAS E PRIORIDADES A SEREM INCLUÍDAS NO ORÇAMENTO 2026 DO GOVERNO DO ESTADO. O MUNICÍPIO ANFITRIÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, QUE RECEBEU O EVENTO QUE REPRESENTA AS DUAS MICRORREGIÕES, FOI LINHARES. O EVENTO TEVE A PRESENÇA DO GOVERNADOR RENATO CASAGRANDE.

DURANTE A AUDIÊNCIA, A POPULAÇÃO LOCAL PÔDE FAZER USO DO MICROFONE PARA OPINAR, SUGERIR OU QUESTIONAR SOBRE OS PROJETOS E AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO. AS MANIFESTAÇÕES POPULARES SÃO RESPONDIDAS PRONTAMENTE, AINDA NO EVENTO, POR GESTORES GOVERNAMENTAIS E EQUIPES TÉCNICAS.



A FIM DE ESTIMULAR O “DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO”, O GOVERNO DO ESTADO PROTOCOLOU O PROJETO DE LEI (PL) 347/2025. A MEDIDA PREVÊ REPASSES FINANCEIROS PARA TIMES DE FUTEBOL CAPIXABAS QUE PARTEM DE R\$ 100 MIL (CLASSIFICAÇÃO PARA A COPA DO BRASIL) E PODEM CHEGAR A R\$ 1,5 MILHÃO (CLASSIFICAÇÃO PARA A SÉRIE A DO CAMPEONATO BRASILEIRO). A PROPOSTA AINDA NÃO FOI LIDA, MAS RECEBEU REQUERIMENTO PARA TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA QUE SERÁ ANALISADO PELOS DEPUTADOS.

GRAFICA
VIGILANTE
Fazendo o seu papel

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 3756-1687 / (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA,
ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES



GOVERNO DE MINAS INVESTE EM PREVENÇÃO E BUSCA NO JAPÃO AS MELHORES PRÁTICAS CONTRA DESASTRES



Liderada pelo governador Romeu Zema, a comitiva de Minas Gerais na Ásia conheceu neste sábado (21/6) o Centro de Segurança e Prevenção de Desastres em Yamanashi, no Japão. O órgão governamental desempenha um papel essencial na preparação e resposta a emergências, oferecendo informações, orientações e recursos para auxiliar a população na proteção contra desastres como terremotos, inundações e outros eventos.

A agenda reforça o compromisso do Governo de Minas em trabalhar para fortalecer a cultura da prevenção e consolidar a gestão de risco, visando salvar vidas e reduzir os impactos dos desastres — sejam eles humanos ou estruturais.

A comitiva mineira teve a oportunidade de conhecer de perto as estratégias e tecnologias adotadas no país, que convive constantemente com terremotos e outros eventos críticos, o que faz da cultura de prevenção e da resposta eficiente pilares fundamentais da sociedade japonesa.

“Vimos para o Japão para buscar o que há de mais avançado em prevenção de desastres. Conhecemos de perto as tecnologias usadas em Yamanashi que podem salvar muitas vidas em Minas Gerais. Defesa Civil significa salvar vidas, e nós viemos aqui para ver o que tem de mais avançado no mundo. “Nos últimos anos, investimentos R\$ 94 milhões na estruturação das Defesas Civis municipais. Criamos o novo Centro de Inteligência da Defesa Civil e garantimos atendimento a 100% dos municípios em até 24 horas nas emergências. É gestão com foco em

que em mais precisa”, destacou o governador Romeu Zema.

O Centro de Segurança e Prevenção de Desastres desenvolve ações de educação e conscientização, que capacitam a comunidade japonesa sobre

como agir durante uma emergência, além de realizar o monitoramento de condições meteorológicas e sísmicas, emitindo alertas e avisos à população.

Entre as atividades desenvolvidas no local, estão orientações sobre construção de edificações mais resistentes a terremotos, instalação de sistemas de alerta e preparação de kits de emergência. O local também é referência na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à prevenção e resposta a desastres, além de coordenar as ações das autoridades nacionais e locais no apoio à população afetada.

O chefe do Gabinete Militar e coordenador estadual de Defesa Civil, coronel PM Paulo Roberto Bermudes Rezende, frisou a importância da constante troca de experiências e do intercâmbio com as autoridades de Yamanashi.

“Atravessamos o mundo para fazer a nossa Defesa Civil cada vez melhor. Em um intercâmbio agora permanente com a província de Yamanashi, vamos debater de maneira contínua as estratégias para prevenção e preparação de desastres. Isso perpassa pela logística, preparação, prevenção e comunicação de desastres, fazendo com que o nosso estado seja cada vez mais resiliente e mais seguro”, explicou Rezende.

Medição de água

Ainda em Yamanashi, foram realizadas visitas técnicas para conhecer equipamentos que medem o nível da água, fundamentais na gestão de crises relacionadas a

inundações. Esses sistemas utilizam tecnologias avançadas, como sensores e soluções de drenagem, para monitorar e controlar o fluxo de água, especialmente durante períodos de chuvas intensas.

Instalações em rios e canais permitem o acompanhamento, em tempo real, dos níveis de água e viabilizam a emissão de alertas precoces. Quando os níveis atingem patamares perigosos, o sistema informa imediatamente as autoridades e a população local, possibilitando a adoção de medidas de prevenção.

O modelo também inclui reservatórios de detenção e retenção, que armazenam água temporariamente durante as chuvas e a liberam gradualmente, evitando a sobrecarga dos sistemas de drenagem. Dessa forma, além de reduzir os danos provocados por fortes chuvas, o sistema contribui para uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos.

Cooperação inédita para prevenção de desastres

A parceria entre o Governo de Minas e o Japão na prevenção de desastres é inédita e começou a ser construída em março deste ano, durante o seminário “Gestão de Desastres Naturais: construindo uma cultura de prevenção ao risco”.

Na ocasião, representantes japoneses palestraram para mais de 500 pessoas de diversos municípios mineiros e realizaram visitas a áreas vulneráveis em Belo Horizonte e Contagem, na região metropolitana da capital, para conhecer de perto os desafios enfrentados pelo estado e identificar soluções que possam contribuir para mitigar os impactos dos eventos climáticos extremos. As visitas incluíram o Aglomerado da Serra e as bacias de contenção das avenidas Heráclito Mourão e Vilarinho.

O fortalecimento dessa parceria internacional representa um avanço significativo na segurança da população mineira, alinhando Minas Gerais às melhores práticas globais na gestão de riscos e na redução de desastres.

CAFÉ PODERÁ SER TEMA DE AULAS EM ESCOLAS NO ESPÍRITO SANTO

Os moradores das microrregiões Centro-Oeste e Rio Doce debateram, nesta quarta-feira (18), as demandas e prioridades a serem incluídas no Orçamento 2026 do Governo do Estado. O município anfitrião da Audiência Pública, que recebeu o evento que representa as duas microrregiões, foi Linhares. O evento teve a presença do governador Renato Casagrande.



Durante a audiência, a população local pôde fazer uso do microfone para opinar, sugerir ou questionar sobre os projetos e as ações do Governo do Estado. As manifestações populares são respondidas prontamente, ainda no evento, por gestores governamentais e equipes técnicas.

“É muito bom ter organizado esse Estado para que possamos hoje ver tantos investimentos e obras sendo entregues ou iniciadas como temos feito. Essas audiências são fundamentais para que possamos dar voz à sociedade nas demandas prioritárias. Não conseguimos fazer tudo de uma vez, mas vamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance. O orçamento é uma forma de nos organizarmos e planejarmos os próximos passos. Ano que vem é meu último ano de governo e deixaremos um Espírito Santo muito mais organizado do que encontramos no início de 2019”, disse Casagrande.

Este foi o segundo evento presencial - de um total de cinco - que estão sendo realizados de norte a sul do Estado. O objetivo dos encontros é garantir total transparência, além de ouvir a população durante o processo de alocação dos recursos públicos estaduais.

O prefeito de Linhares, Lucas Scaramussa, celebrou a participação popular no debate, reforçando o quanto a elaboração do Orçamento cada vez mais participativo é uma forma bastante eficiente de ouvir as diferentes vozes de Linhares e dos municípios da região, entendendo a realidade das várias regiões do Estado.

“Isso tudo é planejamento. Essas discussões são ferramentas poderosas para que o Estado possa prestar bons serviços aos cidadãos de Linhares e todos os municípios da região. É a partir dessa escuta ativa das demandas da população é que o Governo vai poder aplicar e direcionar o recurso onde realmente é mais necessário”, pontuou Scaramussa.

Os capixabas que não puderem participar das agendas presenciais, também podem contribuir com a elaboração do Orçamento 2026 no formato on-line. Basta acessar o site www.orcamentno.es.gov.br e fazer login com o portal Gov.BR ou o Acesso Cidadão.

Para participar, o cidadão deverá selecionar o município em que reside e, em seguida, a área temática de interesse. É possível destacar uma ou mais subáreas que julgar relevantes, inserir uma proposta sobre aquele tema ou ainda registrar uma contribuição avulsa na opção “Quero participar, mas não encontrei a subárea”. A consulta on-line fica aberta até o dia 04 de julho.

As contribuições colhidas junto à população de todo o Estado servirão de subsídio para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA 2026), que é o orçamento anual do Estado. A peça orçamentária é

de responsabilidade da Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) e enviada à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) para análise e votação dos deputados estaduais.

“Estamos percorrendo de norte a sul do Estado ouvindo as pessoas. É fundamental que o processo de planejamento seja compartilhado e construído em conjunto, dando voz a quem vive, de fato, a realidade de cada região capixaba. Este é o espaço e o momento para que a população participe, sugira e aponte as prioridades. E aqui em Linhares tivemos esta participação de forma muito proveitosa com importantes contribuições para a formulação da peça orçamentária de 2026”, destacou o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc.

O próximo evento acontece no dia 24 de junho (terça-feira), a partir das 13 horas, no auditório do CEEFMTI Francisco Coelho Ávila Júnior (Rua Pedro Silvan, S/N – Coronel Borges), em Cachoeiro de Itapemirim/ES. Na ocasião, serão debatidas propostas de projetos e ações para as microrregiões Caparaó, Litoral Sul e Central Sul.

Confira as datas das próximas Audiências Públicas para elaboração do Orçamento 2026 e reserve a sua agenda:

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do Governo



ESPÍRITO SANTO É O PRIMEIRO ESTADO A TER 100% DOS ÓRGÃOS COM PLANOS DE INTEGRIDADE PUBLICADOS

O Espírito Santo acaba de alcançar um marco inédito: é o primeiro estado do País a ter 100% dos seus órgãos e entidades com planos de integridade publicados. O objetivo da conquista é reforçar o compromisso do Governo do Estado com a ética, com a prevenção e repressão à corrupção, promovendo ambientes de trabalho mais íntegros e transparentes.



A marca foi atingida com a atuação da Secretaria de Controle e Transparência (Secont), por meio da Subsecretaria de Integridade (Subint), que vem trabalhando desde 2019 na implantação e no fortalecimento de políticas de integridade no setor público estadual. Ao todo, foram publicados 50 planos de integridade no Estado, número que representa 100% das instituições públicas estaduais devidamente constituídas e aptas a realizar a publicação* e beneficia diretamente 58 mil servidores.

Mais do que punir, o Espírito Santo tem apostado na transformação da cultura organizacional das instituições públicas. A publicação de planos de integridade em todos os órgãos aptos do Executivo Estadual traz benefícios diretos e indiretos, como o aumento da transparência, a redução de riscos e conflitos internos, o fortalecimento da confiança institucional, e até a valorização dos órgãos em processos de captação de recursos e parcerias.

"Esse resultado representa uma mudança de cultura na administração pública. O nosso Estado acabou de dar mais um passo à frente, mostrando que é possível investir em integridade não apenas como um instrumento de controle, mas como uma forma de melhorar o serviço público, valorizar os servidores e proteger os interesses da sociedade capixaba", destacou o secretário de Estado de Controle e Transparência, Edmar Camata.

Para o subsecretário de Estado de Integridade, Alexandre Falcão, o avanço é fruto de um trabalho coletivo. "Alcançamos 100% de adesão porque entendemos que a integridade é um ativo estratégico do Estado. Cada plano foi construído levando em consideração as particularidades de cada órgão, com participação ativa dos servidores e apoio técnico da Subint. Isso garante que cada órgão tenha todas as condições para efetivamente aplicar as

medidas planejadas no dia a dia, e o seu plano de integridade não fique apenas no papel.", explicou.

Ainda segundo Falcão, com essa conquista, o Espírito Santo se mantém como referência nacional na agenda de integridade pública, estimulando uma cultura organizacional baseada na ética, no respeito e, principalmente, na prevenção. O reconhecimento também se reflete em rankings e premiações, como a posição de destaque do Estado em

diversas premiações relacionadas à transparência e integridade pública.

*Atualmente, dois órgãos públicos estaduais — a Polícia Científica do Espírito Santo (PCIES) e a Secretaria de Recuperação do Rio Doce (Serd) — são recém-instituídos, o que explica o fato de ainda não possuírem uma estrutura administrativa consolidada que permita a implementação efetiva de seus planos de integridade, conforme previsto na Lei 10.993 de 24 de maio de 2019. Por esse motivo, as instituições estão temporariamente isentas da obrigatoriedade de elaborar e implementar o referido programa. A meta de 100% de implementação foi calculada considerando os órgãos e entidades que já possuem a estrutura mínima necessária para conduzir o processo de forma adequada e eficiente.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Secont

ARSP ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS

O Manual de Fiscalização de Diagnóstico tem por finalidade orientar a atuação da equipe técnica da ARSP nas ações de fiscalização de diagnóstico dos serviços públicos. A Agência de Regulação dos Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP) abriu a Consulta Pública nº 009/2025. O objetivo da ação é recolher contribuições e informações para subsidiar a elaboração da resolução que aprova o Manual de Fiscalização de Diagnóstico da Prestação dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. A iniciativa busca ainda estabelecer as etapas das atividades de fiscalização de diagnóstico.

O processo está fundamentado no § 3º, art. 18 da Lei Complementar nº

827/2016 e busca padronizar procedimentos internos, fortalecer a atuação técnica e garantir maior transparência e efetividade nas ações fiscalizatórias da agência.

Participação

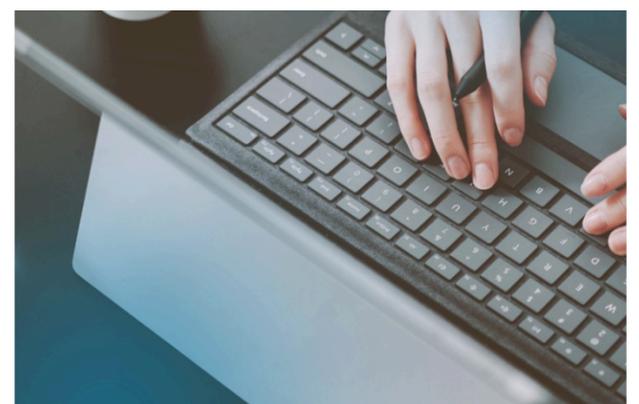
As contribuições podem ser enviadas até o dia 22 de junho de 2025. Podem participar pessoas físicas ou jurídicas interessadas na matéria, mediante análise da Nota Técnica ARSP/GRS nº 006/2025 e da minuta de resolução, ambas disponíveis no site da agência.

As sugestões devem ser enviadas até às 23h59min do dia 22 de junho de 2025, exclusivamente pelo e-mail consultapublica@arsp.es.gov.br. As contribuições precisam ser redigidas conforme o modelo disponível no Anexo Único do regulamento,

incluindo identificação do participante (nome, telefone e/ou e-mail).

Só serão apreciadas as contribuições apresentadas conforme a tabela-modelo do regulamento.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da ARSP



TEA: DIAGNÓSTICO E ACESSO ÀS TERAPIAS EM DEBATE

A conscientização sobre o autismo foi tema de debate na reunião da Comissão de Saúde realizada nesta terça-feira (17). O colegiado deu foco ao diagnóstico precoce e ao acesso às terapias. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta especialmente a capacidade de interação com outras pessoas e com o ambiente.

Veja fotos da comissão

“Ainda temos grandes lacunas na área das terapias. Muitas crianças com autismo não têm acesso às terapias necessárias, indispensáveis para o seu desenvolvimento. E também precisamos falar do acolhimento das famílias, em especial as mães”, disse o deputado Fábio Duarte (Rede).

Diagnóstico precoce

O psicólogo Helder Souza explicou que a maior parte das crianças é diagnosticada entre os 4 e 6 anos. Porém, as preocupações das famílias com relação ao comportamento do filho se iniciam aos 22 meses. “Precisamos nos perguntar porque tem essa lacuna de tempo entre o olhar da família e o diagnóstico”, refletiu o especialista.

Helder falou sobre a necessidade de um protocolo de triagem. “Temos exemplos de protocolos com base científica que ajudam o profissional da saúde a fazer uma triagem bem feita. Qual é o objetivo disso? Encaminhar a criança às terapias o mais cedo possível, aproveitando um momento muito oportuno do desenvolvimento



humano”, finalizou.

Realidade das famílias

Mas não basta ter o diagnóstico. Representantes da Associação dos Autistas do Espírito Santo (Amaes) falaram sobre a dificuldade de acesso a atendimentos especializados.

“Nós, mães de autistas, não temos opção. Temos que arregaçar as mangas e lutar. Em termos de legislação, nós temos tudo. Está na palma da nossa mão. Mas nós precisamos de investimento, diagnóstico precoce eficaz, acesso às terapias... Infelizmente vivemos a banalização dos laudos e a mercantilização das terapias. Isso é muito sério”, disse Pollyanna Paraguassú, presidente da Amaes.

Mãe de um adolescente de 15 anos com autismo, Heloisa Moraes, que também atua na entidade, revelou que encontra deficiências no atendimento tanto na área da educação quanto na área da saúde.

“Eu gostaria de deixar registrado que

existe, sim, no papel todo um atendimento especializado na área da saúde e da educação. Mas a minha família, como usuária de toda essa estrutura da rede pública, não encontra isso na vida real. Estou falando de profissionais capacitados, de atividades específicas que enxerguem as potencialidades do meu filho, entre outras coisas”.

Regionalização

O deputado Dr. Bruno Resende (União) destacou a necessidade

de regionalização de serviços de atendimentos terapêuticos, como é o caso das áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia.

“A verdade é que existe um vazio enorme de atendimento especializado nos municípios do interior. Existe uma deficiência do sistema com relação aos recursos. Precisamos de aumento do aporte financeiro para garantir esses atendimentos específicos”, defendeu o presidente do colegiado.

A representante da Federação das Apaes do Espírito Santo Vanessa Suzana Costa falou também sobre a dificuldade de encontrar esses profissionais. “Atualmente, os profissionais de reabilitação valem ouro. E sabemos da dificuldade de regionalização desses atendimentos. Nós precisamos achar formas de melhorar esse financiamento”, opinou.

ALES HOMENAGEIA SINDICATO DOS PROFESSORES POR SEUS 70 ANOS

O Parlamento estadual realizou, na noite desta quarta-feira (18), uma sessão especial por ocasião dos 70 anos do Sindicato dos Professores no Estado do Espírito Santo (Sinpro-ES). O presidente da entidade, Juliano Pavesi, fez um resgate histórico da luta da categoria nestas sete décadas de atividades do sindicato, lembrando que a entidade, criada em 1955 por pioneiros do magistério que sonhavam com a valorização da categoria, sofreu vários percalços, principalmente na época da ditadura militar.

Pavesi acrescentou que os diretores do Sinpro-ES se engajaram nacionalmente pela redemocratização do país, o que permitiu fazer com que a entidade pudesse acabar com as influências contrárias aos interesses dos professores. Atualmente, segundo ele, o Sinpro reúne quase 17 mil filiados no Espírito Santo, atuando em todos os estabelecimentos particulares, desde a escola infantil até as universidades.

Conquistas

O presidente do sindicato afirmou que nos últimos anos a entidade tem conquistado vários benefícios para os professores,

destacando o tíquete alimentação e o plano de saúde. Ele acredita que o desafio contemporâneo é diminuição da sobrecarga de trabalho, uma vez que depois da pandemia os professores continuaram tendo a mesma carga laboral da época do isolamento.

“Pelo menos 70% dos professores das escolas particulares apresentam algum tipo de problema de ordem emocional, boa parte ocasionada pelo excesso de trabalho”, avalia.

Violência nas escolas

O proponente da sessão especial, deputado João Coser (PT), ao saudar os professores pelos 70 anos do Sinpro-ES, citou que entre os desafios da entidade, além da busca de uma carga de trabalho mais justa para o magistério, está enfrentar o fenômeno da violência no ambiente escolar.

Para o parlamentar, se trata de um assunto que depende do envolvimento de toda a sociedade na busca por uma solução para o problema que tem levado alguns profissionais do ensino, de acordo com ele, a ficarem desestimulados de

continuar na profissão.

Educação de qualidade

O secretário de Estado de Educação, Vítor de Ângelo, lembrou que desempenhou por 15 anos a função de professor em universidade particular e, por isso, sabe da importância de um sindicato para defender a categoria.

“Imagino como deve ter sido difícil o início deste sindicato e a caminhada de todos os diretores juntamente com os filiados. Pessoas que tiveram participação em momentos decisivos”, afirmou.

Vitor ressaltou que os sindicatos são parte de toda uma rede de construção de uma educação de qualidade e de um ambiente de qualidade para professores e alunos.



COLEGIADO DEBATE PROPOSTA DE FOMENTO À CULTURA ESTADUAL

Sociedade civil e poder público se reuniram nesta terça-feira (17) na Comissão de Cultura para discutir o Projeto de Lei (P L) 1 7 4 / 2 0 2 5 , encaminhado ao Legislativo pelo governo do Estado, instituindo a Política Estadual de Cultura Viva. Uma das principais preocupações dos agentes de cultura é fazer com que os incentivos previstos no projeto cheguem aos fazedores de cultura do estado.



A representante do Ponto de Cultura Criarte, Hildete Caliman, espera que a nova lei tenha a abrangência esperada de uma legislação estadual e que não seja restritiva. “Nós estamos aqui, queremos ser representados e queremos ser assistidos, e isso é a lei que nos garante. E os pontos de cultura têm que ser validados, certificados. E, acima de tudo, que a política pública seja a nível nacional, estadual e municipal. É isso que a gente espera”, afirmou.

Também presente na reunião, a professora Bernardette Lyra saiu satisfeita com o que ouviu sobre a proposta. “Eu sei da importância dessa política que está sendo instituída, que está sendo proposta, que dá voz, que pretende dar protagonismo a quem nunca teve voz. Pois é perfeito isso, porque, na verdade, há muitas vozes silenciadas nesse país e elas precisam romper

com força. Eu apoio totalmente a ideia de valorizar os mestres da cultura popular”, opinou a especialista.

Diálogo

A subsecretária de Estado de Cultura, Carol Ruas, afirmou que o governo está aberto a ouvir sugestões dos agentes culturais e fazer possíveis adaptações ao projeto. “Acho que a reunião de hoje foi fundamental, assim, pra gente conseguir abrir esse diálogo aqui dentro da Casa, da Assembleia, no espaço dedicado pra isso, que é a Comissão de Cultura, e recebendo as pessoas que de fato fazem parte dessa política, que vivem a cultura viva, os pontos de cultura, os representantes do conselho, os representantes das instituições”, disse.

“Então acho que todo o debate foi muito proveitoso, todo mundo conseguiu participar bastante, e a gente adora participar desse momento

de diálogo, e isso aprimora o nosso trabalho, aprimora a lei, e com certeza, a partir das sugestões que foram colocadas aqui, a partir dos comentários, a gente vai fazer uma conversa junto da presidente, da equipe dela, vamos ver o que ela recebe de fato, de proposições, e ver o que é possível incorporar no projeto de lei, ou o que é possível desdobrar em outros projetos de lei, em outras políticas, em mais iniciativas”, acrescentou a gestora.

“Porque política pública para cultura, ela nunca diminui, ela só se expande. É como uma grande rede que vai se formando e quanto mais a gente conversa sobre ela, quanto mais a gente conversa com as pessoas, mais a gente consegue ampliar e atender mais pessoas e fazer dessa política pública de cultura mais democrática, mais participativa”, concluiu a subsecretária.

A presidente da Comissão de Cultura, deputada Iriny Lopes (PT), avaliou de maneira positiva a reunião. “Eu acho que foi uma reunião muito proveitosa, muitas observações pertinentes e algumas proposições muito corretas. (...) Então assim, nós vamos sistematizar todas as proposições que vieram e pretendemos fazer uma nova reunião dessa comissão com os convidados antes que o projeto entre na pauta”, finalizou a petista.

MAIS AGILIDADE: PAGAMENTO DO DIÁRIO OFICIAL PODE SER FEITO COM PIX

Termina no dia 30 de junho a campanha de atualização cadastral de rebanho no Espírito Santo. O procedimento, coordenado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), é obrigatório e envolve as seguintes espécies: bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, equinos, asininos, muares, suínos e aves de subsistência, além de animais aquáticos e abelhas.

Todos os produtores precisam fazer a atualização cadastral de rebanho, seja evoluindo a faixa etária dos animais ou indicando nascimentos e mortes. Esse processo é fundamental para o controle sanitário do Estado e, inclusive, é um dos requisitos para manutenção do status recém-obtido de reconhecimento internacional de livre de febre aftosa sem vacinação.

Como fazer

O procedimento pode ser feito pela internet, via login e senha do produtor; por e-mail, direcionado à gerência local onde a propriedade está localizada; ou diretamente nos escritórios do Idaf, pelo produtor rural ou seu representante legal.

Inadimplência

Os produtores que não realizarem a atualização cadastral de rebanho no período da campanha estarão sujeito a multa. Além disso, a partir do dia 1º de julho, só será permitida a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA), para quaisquer espécies, caso todas as explorações pecuárias das propriedades rurais de origem e destino tenham realizado o procedimento.

Para mais informações, acesse:

<https://idaf.es.gov.br/atualizacao-cadastral-de-rebanho>.

Texto: Francine Castro

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação/Idaf



ALES ABRE CIRCUITO DE DEBATES SOBRE COOPERATIVISMO



A Comissão de Cooperativismo realizou, na noite de terça-feira (17), audiência pública em Cachoeiro de Itapemirim, abrindo o ciclo de debates Circuito Coop para levantar as principais demandas do setor. O evento reuniu aproximadamente 200 pessoas, entre diretores de cooperativas, cooperados, vereadores e prefeitos, sobretudo da região sul do estado.

O presidente do colegiado, deputado Callegari (PL), afirmou que o objetivo do encontro era compartilhar as boas práticas em administração pública envolvendo o cooperativismo, bem como identificar as principais reivindicações do setor para posteriormente propor políticas públicas.

Uma das demandas levantadas refere-se à participação das cooperativas na movimentação financeira de prefeituras e câmaras municipais. A captação desses recursos está prevista na Lei Complementar Federal 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, sendo ratificada pelo posicionamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES). Respondendo a consultas, o órgão manifestou-se pela legalidade de disputas envolvendo a folha de pagamento de servidores.

O gerente regional de Desenvolvimento do Sicredi no Espírito Santo, Cesar Augusto Butzen, relatou sobre a experiência da instituição financeira no Rio Grande do Sul, onde atua em 39 municípios, dos quais 36 prefeituras fazem negócios com cooperativas.

“Folhas de pagamento estão conosco, crédito consignado dos funcionários, a arrecadação de IPTU,

de SSQN. Nós temos convênios com prefeituras para levar recursos de crédito a micro e pequenas empresas e elas pagam uma parte de juros dessas operações. A sua movimentação de conta corrente conosco, PIX, pagamentos de boletos, enfim, transacionam, fazem seus negócios conosco, têm suas aplicações financeiras conosco”, exemplificou.

O diretor-executivo do Sistema OCB, Carlos André Santos de Oliveira, endossou a garantia em lei para que prefeituras e câmaras possam movimentar seus recursos financeiros por meio das cooperativas.

Sobre o tema, o deputado Callegari defendeu uma “abertura de diálogo com as prefeituras” com vistas a tornar “mais fácil” o processo de participação das cooperativas na gestão dessas contas.

“As cooperativas de crédito (...) criam um ambiente financeiro e creditício muito mais saudável para o consumidor”, detalhou o parlamentar em entrevista à TV Ales. Ele acrescentou que a concorrência entre instituições financeiras pode contribuir, por exemplo, para a redução das taxas de uso dos serviços.

Legislação

O presidente do colegiado também falou sobre a necessidade de modernização, no Estado e nos Municípios, das normas que regem o setor cooperativista, o que já ocorreu no nível federal.

Segundo ele, isso é necessário para “diferenciar as verdadeiras cooperativas de empreendedores que lutam por desenvolvimento da sociedade das picaretagens que infelizmente acontecem no setor. A OCB é a nossa parceira nisso porque o registro na OCB pode ser

fundamental para legitimar essas cooperativas em certames, concorrências (...) melhorando o ambiente de negócios”.

O presidente do Sistema OCB-ES, Pedro Scarpi Melhorim, defendeu tratamento isonômico nas licitações. “As cooperativas jamais querem benefícios diferenciados dos demais. Mas elas não podem ser excluídas pelo simples fato de serem cooperativas. E isso ocorre infelizmente. Nós já temos várias leis, federal inclusive, e muitos municípios já criaram essas leis. Mas de vez em quando, infelizmente ainda é muito frequente, tem que correr atrás de alguma licitação municipal (que no edital) exclui as cooperativas, relatou.

Pedro Scarpi frisou que o cooperativismo é “modelo societário de pessoas com os mesmos objetivos (...) (que) se juntam para diminuir seus custos e negociar melhor seus produtos e serviços. Não trabalham só com o financeiro, se preocupam também o social dos cooperados e com o meio ambiente”.

Na mesma linha, o secretário-geral da OCB, Carlos de Oliveira, reafirmou a necessidade de apoio ao segmento. “Dependemos, e muito, de políticas públicas para que esse modelo societário traga resultado de desenvolvimento sustentável”, disse.

Convidado pela comissão da Ales, o prefeito de Vitória, Lorenzo Pazolini (Republicanos), relatou práticas do município no apoio ao setor cooperativista. Ele citou a garantia de participação de cooperativas em editais de transporte, as compras de produtos dessas entidades para alimentação escolar e a parceria entre a administração pública e essas organizações sociais na reciclagem de resíduos na capital capixaba.

Próximos debates

A Comissão de Cooperativismo planeja outras edições do evento nas seguintes cidades: Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha e Vitória. Ao final, como detalhou Callegari, será elaborado um documento único a ser submetido à aprovação dos demais integrantes do colegiado e depois encaminhado a autoridades do Estado.

GOVERNO REPASSARÁ RECURSOS FINANCEIROS PARA TIMES DE FUTEBOL



A fim de estimular o “desporto de alto rendimento”, o governo do Estado protocolou o Projeto de Lei (PL) 347/2025. A medida prevê repasses financeiros para times de futebol capixabas que partem de R\$ 100 mil (classificação para a Copa do Brasil) e podem chegar a R\$ 1,5 milhão (classificação para a série A do Campeonato Brasileiro). A proposta ainda não foi lida, mas recebeu requerimento para tramitação em regime de urgência que será analisado pelos deputados.

“A presente proposição visa fomentar o desenvolvimento do futebol profissional capixaba, garantindo condições adequadas para a participação dos clubes em competições nacionais”, avalia o governador Renato Casagrande (PSB) na justificativa da matéria.

“A medida busca fortalecer o desporto de alto rendimento no Estado, contribuindo para a valorização dos times locais, o crescimento da modalidade e o

Conforme o texto, o repasse dos recursos está atrelado à disponibilidade orçamentária do Estado e é considerado de caráter não habitual “com o propósito de viabilizar o cumprimento das obrigações decorrentes da participação em competições nacionais, observados os critérios de habilitação exigidos para esses campeonatos”.

A transferência da verba será executada pela Secretaria de Estado de Esportes (Sesport) e não criará nenhum tipo de vínculo entre as equipes e o governo. Para isso, serão feitas mudanças no Orçamento 2025 e no Plano Plurianual 2024-2027.

A lei passará a valer assim que for publicada. Caberá ao governo regradar a transferência dos recursos por meio de decreto.

Cenário atual

O Rio Branco AC e Porto Vitória

incentivo à representatividade do Espírito Santo no cenário esportivo nacional”, completa o chefe do Executivo.

tabela da proposta do governo com os valores dos prêmios para os times de futebol

disputam a Série D do Brasileirão em 2025. O time capa preta também foi um dos representantes capixabas na Copa do Brasil 2025 ao lado do Rio Branco de Venda Nova.

Acompanhe o andamento do PL 347/2025 na Ales.

Emenda

A deputada Camila Valadão (Psol) é autora de uma emenda que modifica o projeto, permitindo que times de futebol profissionais femininos capixabas sejam beneficiados com os recursos. “(...) O projeto de lei contempla apenas a estrutura do futebol masculino (...)”, afirma a parlamentar. Segundo ela, a explicação para isso é que o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino tem três divisões principais (Séries A1, A2 e A3), cujas denominações se diferem das competições masculinas (Séries A, B, C e D).

Por isso, Camila propõe modificação no anexo único da matéria (veja abaixo). Ela lembra que as jogadoras profissionais também atuam na Copa do Brasil na sua modalidade. “Assim, importante que a futura norma para fomento do futebol profissional no Espírito Santo inclua também o apoio aos times femininos, que, com ainda mais intensidade, necessitam de incentivos do Estado para seu crescimento (...)”, defende.

tabela com a proposta de Camila Valadão com os valores dos prêmios para times de futebol



DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214 -

Centro - Barra de São Francisco - ES

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br